

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTUÁRIA - EMAP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

# EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionista da  
Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP  
São Luís - MA

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP ("EMAP" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

#### Ativo intangível

Não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos o saldo registrado na Rubrica "Intangível", incluído no balanço patrimonial no valor total de R\$ 22.061 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.555 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de intangível registrado nos balanços patrimoniais, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

#### Contabilização de Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a EMAP reconheceu Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor de R\$ 52.818 mil na Rubrica "Despesas financeiras". Todavia, conforme Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o JCP é instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95, cujo tratamento contábil deve seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório. Dessa forma, o resultado do exercício está apresentado a menor no referido valor.

## Reconhecimento de receita de contrato de arrendamento

Em abril de 2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou o resultado dos Leilões nºs 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, referentes aos Códigos de Identificação IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13, respectivamente, localizados no Porto de Itaquí, os quais totalizaram um valor da outorga no montante de R\$ 216.300 mil, cujo montante correspondente aos 25% do valor da outorga, definido na Cláusula nº 27.2.2 dos respectivos editais, foram pagos e contabilizado, pela Empresa, na Rubrica de “Receita” em 2021, como obrigação prévia à celebração dos contratos de arrendamento, sendo o restante do valor da outorga a ser pago em cinco parcelas anuais nas condições previstas nos respectivos contratos de arrendamento (1º parcela recebida no segundo trimestre de 2023), assinados em agosto de 2021, com prazo de 20 anos contados da data de celebração do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos. Conforme CPC 47 – Receita de contrato com cliente, determina que, ainda que a taxa inicial não restituível se refira à atividade que a entidade é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. Assim, a taxa inicial é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos, o que ocorre ao longo do tempo do contrato.

## Obras em andamento - recursos próprios

Não foi possível confirmar ou verificar, por meios alternativos, o saldo de obras em andamento decorrente de recursos próprio, incluído no balanço patrimonial, no valor total de R\$ 236.362 mil em 31 de dezembro de 2023, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo mencionado registrado nos balanços patrimoniais, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis, anteriormente referidas, incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob responsabilidade da Administração da Empresa. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

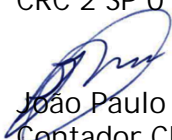
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MA



João Paulo Dias Neves  
Contador CRC 1 BA 027946/O-6 - S - MA

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	355.158	235.366	Fornecedores	14	14.982	12.958
Valores de terceiros	7	1.711	1.404	Folha de pagamento/provisões/encargos		7.599	6.791
Contas a receber de clientes	8	27.195	20.552	Impostos e contribuições a recolher	15	7.909	7.838
Almoxarifado		306	248	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		-	1.273
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.696	2.972	Juros sobre capital próprio	20	199.911	147.094
Outras contas a receber		333	473	Provisão participação nos resultados		11.816	9.304
Direitos de outorga	10	32.445	32.445	Arrendamento Tegram a apropriar	17	6.081	6.081
				Outras contas a pagar	18	3.969	7.289
				Outorgas a apropriar	10	32.445	32.445
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>420.844</b>	<b>293.460</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>284.712</b>	<b>231.073</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	11	4.502	4.642	Arrendamento Tegram a apropriar	17	73.480	79.561
Impostos e contribuições a recuperar	9	24.422	13.576	Convênios a comprovar	19	294.324	304.210
Direitos de outorga	10	97.335	129.780	Provisão para contingências	16	1.177	646
Bens de terceiros - Bens da União	12	1.057.219	1.027.443	Outorgas a apropriar	10	97.335	129.780
Intangível	13	22.061	25.555				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.205.539</b>	<b>1.200.995</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>466.315</b>	<b>514.197</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>		
				Capital social		370.668	370.668
				Reservas e retenção de lucros		504.688	378.518
				<b>Total do patrimônio Líquido</b>		<b>875.356</b>	<b>749.186</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.626.383</b>	<b>1.494.456</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.626.383</b>	<b>1.494.456</b>

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**

**Demonstrações do Resultado**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>22</b>	<b>440.643</b>	<b>379.406</b>
<b>Custos</b>	<b>23</b>	<b>(118.209)</b>	<b>(101.666)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>322.434</b>	<b>277.740</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>24</b>	<b>(148.276)</b>	<b>(93.598)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(18.633)</b>	<b>(21.896)</b>
Receitas Financeiras		34.391	23.323
Despesas Financeiras		(53.024)	(45.219)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>155.525</b>	<b>162.247</b>
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	<b>25</b>	<b>(29.355)</b>	<b>(57.233)</b>
(-) Provisão para Contribuição Social		(15.488)	(15.156)
(-) Provisão para IRPJ		(42.998)	(42.076)
(+) Receita de subvenção -Redução IRPJ SUDENE		29.131	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>126.170</b>	<b>105.014</b>





**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

***(Em milhares de Reais)***

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><b>126.170</b></u>	<u><b>105.014</b></u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<u><u><b>126.170</b></u></u>	<u><u><b>105.014</b></u></u>



**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	Reservas e retenção de lucros				Resultado do exercício	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>370.668</b>	<b>27.479</b>	<b>21.551</b>	<b>224.474</b>	<b>-</b>	<b>644.172</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105.014	105.014
Constituição de reserva legal	-	5.251	-	-	(5.251)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	9.887	-	(9.887)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	89.876	(89.876)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>370.668</b>	<b>32.730</b>	<b>31.438</b>	<b>314.350</b>	<b>-</b>	<b>749.186</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	126.170	126.170
Constituição de reserva legal	-	6.308	-	-	(6.308)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	39.018	-	(39.018)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	80.844	(80.844)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>370.668</b>	<b>39.038</b>	<b>70.456</b>	<b>395.194</b>	<b>-</b>	<b>875.356</b>

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>126.170</b>	<b>105.014</b>
Imposto de renda	42.998	42.076
Contribuição social	15.488	15.156
(-) Receita de subvenção - Redução IRPJ SUDENE	(29.131)	-
Juros sobre capital próprio	52.818	43.659
Depreciação e amortização	10.045	6.337
Alienações e/ou baixa em Bens de Terceiros - Bens da União	-	130
Provisão de contingências	531	9
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>218.919</b>	<b>212.381</b>
Cientes	(6.643)	(6.928)
Almoxarifado	(58)	(37)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.544)	(2.000)
Valores de Terceiros	(307)	(122)
Outros créditos a receber	140	69
Depósitos Judiciais	217	872
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>	<b>(17.195)</b>	<b>(8.146)</b>
Fornecedores	2.023	18
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	808	889
Impostos e contribuições a recolher	71	2.876
Tributos sobre o lucro	(31.731)	(55.960)
Participação nos lucros	2.512	2.106
Arrendamento Tegram a apropriar	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	(3.320)	(4.940)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>	<b>(35.718)</b>	<b>(61.092)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>166.006</b>	<b>143.143</b>
Aquisições de bens de terceiros - Bens da União	(45.278)	(97.486)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(936)	(523)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(46.214)</b>	<b>(98.010)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>119.792</b>	<b>45.133</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	235.366	190.233
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	355.158	235.366
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>119.792</b>	<b>45.133</b>

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receitas</b>	<b>500.703</b>	<b>432.373</b>
Receita da operação portuária	274.811	260.098
Receita de arrendamento	225.661	171.884
Perdas/(reversão) de créditos de liquidação duvidosa	5	(35)
Outras receitas	227	428
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(153.913)</b>	<b>(103.827)</b>
Custos dos serviços prestados	(74.624)	(64.197)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(79.290)	(39.631)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>346.790</b>	<b>328.546</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(10.045)	(6.337)
<b>Valor Adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>336.744</b>	<b>322.210</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferências</b>		
Receitas financeiras	36.068	24.461
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>372.813</b>	<b>346.670</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>372.813</b>	<b>346.670</b>
<b>Pessoal</b>	<b>88.460</b>	<b>73.439</b>
Remuneração direta	70.382	58.952
Benefícios	13.835	10.819
F.G.T.S.	4.242	3.667
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>105.159</b>	<b>122.999</b>
Federais	91.382	109.944
Estaduais	15	38
Municipais	13.762	13.017
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	<b>206</b>	<b>1.560</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>178.988</b>	<b>148.673</b>
Juros sobre capital próprio	52.818	43.659
Lucro líquido do período	126.170	105.014

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***1 Informações gerais e contexto operacional**

Empresa Maranhense de Administração Portuária (a “EMAP” ou a “Empresa”) é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE-MA) - Poder Executivo, em 10 de setembro de 1998, com Sede e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão regida pelo seu Estatuto Social e pelas disposições legais vigentes, vinculando-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE) conforme Lei Estadual nº 11.727 de 25 de maio de 2022.

A EMAP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Governo do Estado do Maranhão e do Governo Federal, a administração e exploração comercial de Portos e instalações portuárias no Estado do Maranhão, assim como exercer a atividade de autoridade portuária na forma prevista na Lei Federal nº 12.815 de 05 de junho de 2013, em razão do Convênio de Delegação Nº 016/2000, do art. 52 da Lei Estadual nº 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 e do previsto na Lei nº 11.013 de 24 de abril de 2019, contemplando critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado do Maranhão, e especificamente: administrar, operar, explorar e desenvolver o Porto Organizado do Itaqui, em São Luís; o Cais de São José de Ribamar em São José de Ribamar, o terminal de Ferry Boat da Ponta da Espera, em São Luís-MA, o terminal do Cujupe, em Alcântara – MA; e o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, assim como exercer competências administrativas dos serviços de transporte aquaviário intermunicipal (atualização conforme Lei Estadual nº 11.909, de 29 de março de 2023).

**2 Base de preparação**

As demonstrações contábeis da EMAP são de responsabilidade da administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

---

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2024.

**3 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de R\$ (Reais) que é a moeda funcional da Empresa.

**5 Principais práticas contábeis****5.1 Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***5.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem, por exemplo, os valores de equivalentes de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em fundos de investimentos com baixo risco e resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

**5.3 Instrumentos financeiros****Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais**

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**5.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

O critério utilizado pela Empresa para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.

**5.5 Subvenções Governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Empresa. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

**5.6 Bens de terceiros – Bens da União**

Os bens de terceiros (Bens da União) são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perdas com ajuste ao valor recuperável (impairment). O custo dos bens de terceiros inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, como também custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os ganhos e perdas com alienações são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

O saldo de imobilizado em andamento compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para rubrica de “Bens de terceiros – Bens da União”, após a conclusão, comprovado pelo respectivo termo de recebimento definitivo da obra.

Embora estes bens estejam demonstrados no Balanço Patrimonial, são bens reversíveis para a União, conforme determinação do Convênio de Delegação n.º 016/2000 em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021 pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Note-se que os bens cedidos pela empresa CODOMAR para a EMAP, conforme previsto na cláusula quinta Convenio de Delegação n.º 016/2000, estão registrados em conta de compensação (R\$ 88.284).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

A Empresa utiliza as taxas de depreciação que entende refletir a vida útil econômica dos bens móveis e imóveis, calculada pelo método linear considerando o custo do item e seu valor residual.

<b>Espécie</b>	<b>Taxa anual</b>
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

**5.7 Arrendamento de áreas**

Os contratos de arrendamentos de áreas estão baseados em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de áreas para os quais o arrendatário não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do controle do ativo, são classificados como arrendamentos operacionais.

**5.8 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

O CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, orienta que a contabilização de ativo intangível acontece quando este for identificável e possuir vida útil definida.

**5.9 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, serão apresentadas como passivo não circulante.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

---

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**5.10 Provisões**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Empresa possui ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes de sua atividade operacional. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo estas classificadas segundo seu grau de risco (provável, possível ou remota).

As provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**5.11 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

**5.12 Reconhecimento de receitas**

A receita é apresentada líquida dos impostos, cancelamentos e descontos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

A Empresa avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis do exercício a que se referem.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 355.158 (R\$ 235.366 em 31 de dezembro de 2022), compreendem, por exemplo, conta corrente, caixa em espécie e depósitos líquidos de aplicações financeiras imediatamente resgatáveis.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referentes às atividades operacionais da Empresa.

**7 Valores de terceiros**

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de valores de terceiros é no montante de R\$ 1.711 (R\$ 1.404 em 31 de dezembro de 2022). Refere-se às garantias (caução) contratuais pagas tanto pelos prestadores de serviços contratados pela EMAP, quanto pelos arrendatários de áreas na poligonal do Porto do Itaqui, cujos valores recebidos são depositados em conta bancária – poupança em nome da EMAP. Estes valores são atualizados, mensalmente, pelo índice da poupança. Ao término dos contratos, estes, serão devolvidos para os titulares da garantia devidamente atualizados pelo índice da poupança nos termos da Lei 13.303/2016 Art. 70 e parágrafos do § 1º ao 4º.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 8 Contas a receber de clientes

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes	27.199	4.344	20.561	4.414
(-) PECLD	(4)	(4.344)	(9)	(4.414)
	<b>27.195</b>	<b>-</b>	<b>20.552</b>	<b>-</b>

### 9 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>	<b>3.696</b>	<b>2.972</b>
ISS	-	3
IRRF	3.145	2.969
CSLL	551	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>24.422</b>	<b>13.576</b>
IRPJ	22.817	11.554
CSLL	1.605	2.022
<b>Total</b>	<b>28.118</b>	<b>16.548</b>

(a) Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de IRPJ e CSLL não possuem previsão de realização dentro do exercício corrente, em 31 de dezembro de 2023, os saldos foram apresentados no ativo não circulante.

### 10 Direitos de Outorga/Outorgas a Apropriar

Referem-se ao direito de outorga do arrendamento de novas áreas (terminais) conforme processo de leilão promovido pela ANTAQ ocorrido no mês de abril em 2021, resultando no montante contratado de R\$ 216.300, conforme segue:

Terminal	Cliente	Contrato N°	Valor
IQ103	Santos Brasil Participações S.A.	007/2021	61.300
IQ111	Santos Brasil Participações S.A.	008/2021	56.000
IQ112	Santos Brasil Participações S.A.	005/2021	40.000
IQ113	Santos Brasil Participações S.A.	005/2021	59.000
<b>Total</b>			<b>216.300</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No decorrer do exercício de 2021, no mês de julho, a EMAP recebeu dos clientes Santos Brasil Participações S.A. e Ultracargo Logística S.A., o valor de R\$ 54.075 correspondente a 25% do valor da Outorga ofertada em leilão. restando o saldo de R\$ 129.780 correspondente a 60% do valor total a ser pago anualmente nos exercícios de 2023 a 2027 em montantes totais de R\$ 32.445 por ano, conforme especificações contratuamente estabelecidas.

2021 25%	2023 Ano 1	2024 Ano 2	2025 Ano 3	2026 Ano 4	2027 Ano 5
15.325	9.195	9.195	9.195	9.195	9.195
14.000	8.400	8.400	8.400	8.400	8.400
10.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000
14.750	8.850	8.850	8.850	8.850	8.850
<b>54.075</b>	<b>32.445</b>	<b>32.445</b>	<b>32.445</b>	<b>32.445</b>	<b>32.445</b>

Os valores a receber nos exercícios de 2024 a 2027 serão reajustados anualmente pela variação do IPCA.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>		
Direitos de outorga	129.780	162.225
	<b>129.780</b>	<b>162.225</b>
Circulante	32.445	32.445
Não circulante	97.335	129.780
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Passivo</b>		
Outorgas a apropriar	129.780	162.225
	<b>129.780</b>	<b>162.225</b>
Circulante	32.445	32.445
Não circulante	97.335	129.780

## 11 Depósitos Judiciais

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de depósitos judiciais não possuem previsão para realização dentro do exercício corrente, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 4.502 (R\$ 4.642 em 31 de dezembro de 2022) foi apresentado no ativo não circulante.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12 Bens de Terceiros – Bens da União

O conjunto dos bens, demonstrados nos quadros abaixo, evidenciam o saldo dos bens de terceiros – bens da União que foram adquiridos na vigência do Convênio de Delegação n.º 016/2000 com vigência de 25 (vinte e cinco) anos e com previsão de renovação por igual período.

Os bens demonstrados nesse grupo obedecem às regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021, que estabelece critérios e procedimentos para a reversibilidade de bens nos portos organizados, bem como a incorporação e desincorporação de bens da União nos portos organizados, conforme determinação da ANTAQ.

Abaixo apresenta-se a composição líquida dos Bens de terceiros – Bens da União:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bens Imóveis	705.265	593.376
Bens móveis	12.684	11.677
Bens móveis convênios	253	253
Bens em montagem	14.398	13.734
Obras em andamento	324.619	408.403
<b>Total</b>	<b><u>1.057.219</u></b>	<b><u>1.027.443</u></b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A seguir apresenta-se a movimentação dos Bens de terceiros - Bens da União:

	31/12/2022	Adições	Depreciações	Transferências	31/12/2023
<b>Bens imóveis</b>	<b>593.376</b>	-	<b>(14.287)</b>	<b>126.175</b>	<b>705.264</b>
Benfeitorias em imóveis	298.285	-	(14.287)	126.175	410.173
Terrenos	295.091	-	-	-	295.091
<b>Bens móveis</b>	<b>11.677</b>	<b>2.056</b>	<b>(3.612)</b>	<b>2.563</b>	<b>12.684</b>
Móveis e utensílios	957	1.098	(244)	166	1.977
Equipamentos de informática (a)	1.875	837	(1.142)	2.397	3.967
Máquinas e equipamentos	4.122	121	(1.440)	-	2.803
Veículos	2.315	-	(466)	-	1.849
Defensas marítimas e cabeços	2.408	-	(320)	-	2.088
<b>Bens móveis - Convênio</b>	<b>253</b>	-	-	-	<b>253</b>
<b>Subtotal I</b>	<b>605.306</b>	<b>2.056</b>	<b>(17.899)</b>	<b>128.738</b>	<b>718.201</b>
<b>Obras em andamento</b>					
Recursos próprios	320.145	42.392	-	(126.175)	236.362
Recursos de terceiros	88.258	-	-	-	88.258
<b>Subtotal II</b>	<b>408.403</b>	<b>42.392</b>	<b>-</b>	<b>(126.175)</b>	<b>324.620</b>
<b>Bens móveis em montagem</b>					
Bens em montagem	13.734	830	-	(166)	14.398
<b>Subtotal III</b>	<b>13.734</b>	<b>830</b>	<b>-</b>	<b>(166)</b>	<b>14.398</b>
<b>Total geral (I+II+III)</b>	<b>1.027.443</b>	<b>45.278</b>	<b>(17.899)</b>	<b>2.397</b>	<b>1.057.219</b>

- (a) De acordo com a Nota Explicativa nº 13, o saldo de R\$ 2.397 foi transferido do grupo Ativo intangível para o grupo de Bens de terceiros - Bens da União por reavaliação das características do bem.



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 13 Intangível

	31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	31/12/2023
Softwares e direitos	25.555	936	-	-	26.491
Licenças de uso	-	-	-	(2.397)	(2.397)
(-) Amortizações acumuladas	-	-	(2.033)	-	(2.033)
	<b>25.555</b>	<b>936</b>	<b>(2.033)</b>	<b>(2.397)</b>	<b>22.061</b>



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14 Fornecedores

No quadro abaixo, evidenciam-se os valores mais representativos a pagar de fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Edro Engenharia Ltda.	2071	2918
Belov Engenharia Ltda.	2.021	-
Ancora Manutenção e Serviços Ltda. - ME	1.598	1.152
Cap. Protensão e Construções	1.152	-
Habili Engenharia e Construção Ltda.	867	-
Rohde Nielsen do Brasil Dragagem Ltda.	845	-
Ecopel Serviços Eireli	679	-
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	664	605
Nórcia Vigilância Patrimonial Eireli - ME	546	-
EMSERH - Emp. Mar. de Serv. Hospitalares	448	-
Infras Engenharia Ltda.	409	-
Habili Engenharia e Construção Ltda.	-	582
Santa Cruz Engenharia Ltda.	-	559
Fundação Sousândrade de Apoio	-	550
Triel - HT Industrial e Participações S.A.	-	2.292
GPS Engenharia e Consultoria	-	1.087
Nano Automation do Brasil Ltda.	-	640
Agasus S.A.	-	447
Outros	3.682	2.126
<b>Total</b>	<b>14.982</b>	<b>12.958</b>

### 15 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
ISS	1.370	1.285
INSS	2.348	1.725
FGTS	547	446
PIS	252	440
COFINS	1.190	2.057
IRRF	1.817	1.448
Outros	385	437
	<b>7.909</b>	<b>7.838</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 16 Provisão para contingências

A EMAP possui demandas judiciais, que são analisadas e avaliadas pelo setor jurídico da Empresa quanto à necessidade ou não de proceder com a provisão de valores para os processos classificados com grau de risco de perda “PROVÁVEL”.

Os processos relativos a tributos são todos na esfera administrativa, e são originários dos fiscos Federal e Municipal, que são acompanhados mensalmente, garantindo assim, o cumprimento dos prazos para impugnação e envio de documentação solicitada obedecendo os prazos legais.

Houve variação de 82% nas despesas com demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na comparação com o saldo apresentando em 31 de dezembro de 2022. As demandas trabalhistas incluem como principais alegações, a supressão de pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias de trabalhadores contratados por empresas terceirizadas prestadoras de serviço para EMAP.

A Empresa tem empreendido amplos esforços para a solução dos processos existentes e, principalmente, a avaliação das causas raiz para aperfeiçoar a gestão, ajustar procedimentos e mitigar a probabilidade de novas ocorrências. No quadro abaixo está demonstrado os saldos provisionados:

	31/12/2023	31/12/2022
Demandas judiciais cíveis	1.114	382
Demandas judiciais trabalhistas	63	264
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	<b>646</b>

### 17 Arrendamento Tegram a Apropriar

A Empresa mantém contratos de arrendamento de área para operação, inclusive, a construção do Terminal de Grãos do Maranhão-TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A., Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Terminais Portuários S.A., Viterro Logística e Terminais Portuários S.A e CGG Trading S.A. que cedeu seus direitos e obrigações à Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 010/2012/01, passando assim a ser a titular do referido contrato.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A remuneração dos contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, pagas mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foram pagos à vista os valores denominados a: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R\$ 144.015 e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680.

Estes valores foram reconhecidos como receita a apropriar e são reconhecidos no resultado mensalmente, com período de fruição igual à vigência dos contratos de arrendamento. O quadro abaixo demonstra a posição do Arrendamento Tegram a Apropriar.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Oportunidade de negócios	5.773	69.778	5.773	75.550
Downpayment	308	3.702	308	4.011
<b>Total</b>	<b>6.081</b>	<b>73.480</b>	<b>6.081</b>	<b>79.561</b>

## 18 Outras Contas a Pagar

No grupo outras contas a pagar, no passivo apresentado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 3.969 (R\$ 7.289 em 31 de dezembro de 2022), temos a seguinte abertura: R\$ 1.711 (vide nota 7) e R\$ 31 em aplicações, concernentes a cauções depositados por prestadores de serviços e arrendatários que são controlados por contratos individualmente, R\$ 1.557 relativos a despesas provisionadas de exercícios anteriores pendentes de documentação comprobatória pela contratada e R\$ 670 de outros valores a devolver.

## 19 Convênios a Comprovar

A Empresa recebeu investimentos através de convênios celebrados com o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e com a SEP - Secretária de Portos para aplicação na ampliação e melhorias da infraestrutura do Porto do Itaqui. Todos os projetos foram executados dentro do prazo de vigência dos convênios.

O valor de R\$ 294.324, apresentado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 304.210 em 31 de dezembro de 2022), no Balanço Patrimonial (passivo não circulante) deve-se ao fato que as respectivas prestações de contas foram protocoladas juntos aos respectivos órgãos concedentes, mas ainda estão em fase de análise; ou aguardando emissão de documento de conclusão final. Abaixo, apresentamos os detalhes de cada convênio:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***a. Convênio N.º SEP/001/2007-05**

**Objeto:** Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101.

**Prazo de vigência:** 21/12/2007 a 01/01/2011.

**Status:** Prestação de contas enviada para SEP, e aguarda-se análise do DNIT, considerando que houve a transferência das atribuições da SEP para o DNIT conforme Lei n.º 13341/2016.

**b. Termo de compromisso SEP/012/2011**

**Objeto:** execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui.

**Prazo de vigência:** 30/12/2011 a 28/02/2014.

**Status:** Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601. Prestação de contas final foi enviada para a Secretaria Especial de Portos – SEP e foi aprovada com ressalva de glosa de R\$ 1.882 conforme Ofício n.º 871/2018/SNP/MTPA de 05 de dezembro de 2018 e Parecer n.º 4/2018/SAEC-SNP/GABSNP/SNP de 29 de novembro de 2019.

**c. Termo de Compromisso SEP/04/2014**

**Objeto:** conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui.

**Prazo de vigência:** encerrou em 24/12/2017, conforme 4º Termo Aditivo de Prorrogação.

**Status:** Em dezembro de 2017 foram finalizados os repasses para este Termo, totalizando o valor de R\$ 31.390. Prestações de contas finais foram analisadas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, e foram aprovadas conforme Ofício n.º 2/2019/SNP/MTPA de 08 de janeiro de 2019 e Parecer n.º 7/2018/SEAC-SNP/GABSNP/SNP de 03 de dezembro 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

**Nota:** Este Termo de Compromisso está correlacionado com o Termo de Compromisso SEP/012/201 citado no item “b” da nota n.º 23, que foi aprovado com ressalva de glosa de R\$ 1.882, que já foi paga ao DNIT em 22 de dezembro de 2022 com atualização monetária. Após conclusão do DNIT, os dois termos de Compromisso serão baixados em conjunto no momento da ativação do Bem do Ativo Imobilizado – Berço 108.

**20 Juros sobre capital próprio**

No que se refere ao tratamento contábil do JCP – Juros sobre Capital Próprio, há dois aspectos que são obedecidos pela EMAP:

- (i) Quanto ao aspecto do reconhecimento da obrigação de pagar ao acionista o valor do JCP, este, é equiparado ao pagamento de dividendo quando se iguala ou ultrapassa os dividendos devidos aos acionistas.
- (ii) Quanto ao aspecto do benefício fiscal aplicado ao JCP, aplica-se, à EMAP, toda a legislação que abrange qualquer empresa, dentre elas, a Lei nº 9.249/1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 9º, *“a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP”*.

Na demonstração de resultados a EMAP reconhece o JCP no grupo de Despesas Financeiras e no Balanço Patrimonial, no grupo de Passivo Circulante, calculados mensalmente com base no saldo contábil do Patrimônio Líquido aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

Desta forma, a EMAP segue a determinação da legislação fiscal, em especial, os procedimentos em conformidade com a IN SRF Nº 11/1996 Art. 29 e 30, onde determina que, para fins de dedutibilidade do valor pago a título de JCP, a pessoa jurídica deverá, em contrapartida, contabilizá-lo a débito em conta de despesa financeira, conforme disposto nos arts. 29, § 3º e 30, par. único, da IN SRF nº 11/1996.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é no montante de R\$ 199.911 (R\$ 147.094 em 31 de dezembro de 2022).

**21 Patrimônio Líquido****Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da EMAP é de R\$ 375.668 (capital realizado R\$ 370.668; e capital a integralizar R\$ 5.000), representado por 375.668.391 (trezentos e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e uma) ações nominativas com valor unitário de R\$1,00 (um real), conforme Decreto nº. 36.331 de 11 de novembro de 2020, republicado em 31 de dezembro de 2020, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

**Reservas e retenção de lucros****Reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a Lei nº 6.404/76 no Art. 193 e limitada a 15% do capital social como descrito no estatuto social da EMAP. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 39.038 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.730 em 31 de dezembro de 2022).

**Reservas de incentivos fiscais**

O saldo das Reservas de incentivos fiscais é de R\$ 70.456 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 31.438 em 31 de dezembro de 2022).



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### Retenção de lucros

O saldo da Reserva de lucros a realizar é de R\$ 395.194 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 314.350 em 31 de dezembro de 2022).

## 22 Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita bruta</b>	<b>500.698</b>	<b>432.409</b>
Tarifas e serviços	274.811	260.098
Arrendamento	181.789	165.803
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Arrendamento de Áreas IQI 03/11/12 e 13	37.790	-
Outras Receitas	227	427
<b>Dedução da receita</b>	<b>(60.055)</b>	<b>(53.003)</b>
(-) Impostos sobre o faturamento	(60.055)	(53.003)
<b>Receita líquida</b>	<b>440.643</b>	<b>379.406</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve variação positiva de 16% na receita bruta em relação ao exercício anterior. As principais movimentações foram alumínio, carga geral, ferra gusa, fertilizante, antracita, clínquer, cobre, soja, milho, trigo, arroz, granel líquido e receitas de arrendamentos de áreas no Porto do Itaqui.

Um outro destaque relevante que contribuiu para essa variação positiva da receita, no acumulado até dezembro de 2023, foi o faturamento ocorrido em abril de 2023 no montante de R\$ 37.790 para os clientes Santos Brasil Participações S.A. e Ultracargo Logística S.A., referente as parcelas dos IQIs 03,11,12 e 13 proveniente de outorga do arrendamento de novas áreas (terminais) conforme processo de leilão promovido pela ANTAQ ocorrido no mês de abril de 2021.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23 Custos por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custos com pessoal	(43.510)	(37.469)
Custos com infraestrutura portuária (b)	(24.620)	(15.811)
Custos gerais (a)	(46.633)	(45.250)
Custos com materiais	(647)	(642)
Custos com serviços essenciais	(2.799)	(2.494)
	<b>(118.209)</b>	<b>(101.666)</b>

(a) Os custos gerais, compreendem, principalmente, gastos com locação de equipamentos com operadores e ferramentas por demanda, para apoio aos serviços de manutenção do Porto do Itaqui e Terminais Externos administrados pela EMAP, incremento nos dispêndios com passagens aéreas, bens móveis, suporte de manutenção da solução de gestão portuária TOS+, serviços de implementação de gerenciamento de plataforma de chaves criptográficas e serviços de saúde e gestão hospitalar no Terminal do Cuijue para a população em trânsito e de entorno.

(b) Os custos com infraestrutura portuária, compreendem, principalmente, incremento nas dragagens de manutenção das profundidades na linha de atracação dos berços, melhorias no prédio da sede e construção em andamento do prédio do ambulatório, projeto das instalações elétricas, iluminação das defensas dos berços 98 a 108 e projeto de modernização da iluminação das instalações elétricas do Porto.

Os Custos, em dezembro de 2023, no demonstrativo acumulado, apresentaram aumento de 16% em relação ao exercício anterior, com destaque para custos com pessoal, custos com infraestrutura portuária e custos gerais.

### 24 Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal/encargos e benefícios	(58.886)	(47.537)
Despesas gerais (a)	(76.974)	(37.502)
Materiais	(923)	(1.361)
Serviços essenciais	(917)	(706)
Provisão para contingências	(531)	(155)
Depreciação e Amortização	(10.045)	(6.337)
	<b>(148.276)</b>	<b>(93.598)</b>

(a) As despesas gerais referem-se, essencialmente, a serviços de publicidade e propaganda, serviço de locação de veículos, suporte e manutenção de sistemas, renovações de licenças de uso dos *softwares* de arquitetura e engenharia, fretamento de aeronave, serviços de saúde e gestão hospitalar prestados pela empresa Emserh no Terminal do Cuijue, para a população em trânsito e de entorno.



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No quadro de despesas gerais e administrativas, no exercício de 2023, houve um aumento de 58% comparado ao exercício anterior, com destaque para despesas com pessoal/encargos e benefícios e despesas gerais.

## 25 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada na tabela da alíquota efetiva a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro</b>	184.656	184.656	162.247	162.247
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
	<b>46.164</b>	<b>16.619</b>	<b>40.562</b>	<b>14.602</b>
<b>Adições</b>				
Contribuições e patrocínios	2.926	2.926	765	765
Multas por infrações	3	3	33	33
Provisões para contingências	11.380	11.380	155	155
Outras despesas não dedutíveis	23.219	23.219	15.089	15.089
	<b>37.528</b>	<b>37.528</b>	<b>16.042</b>	<b>16.042</b>
<b>Exclusões</b>				
Incentivo Sudene - Redução IRPJ 75%	(29.131)	(29.131)	-	-
Reversão das provisões	(10.849)	(10.849)	-	-
Receita de subvenção DNIT/SEP	(9.887)	(9.887)	(9.887)	(9.887)
Devolução de Convênios	(229)	(229)	-	-
	<b>(50.096)</b>	<b>(50.096)</b>	<b>(9.887)</b>	<b>(9.887)</b>
<b>Lucro real base para IRPJ e CSLL</b>	<b>172.088</b>	<b>172.088</b>	<b>168.402</b>	<b>168.402</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	(42.998)	(15.488)	(42.076)	(15.156)
Incentivo PAT	-	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>(42.998)</b>	<b>(15.488)</b>	<b>(42.076)</b>	<b>(15.156)</b>
<b>Alíquota efetiva (Excluindo IRPJ/CSLL)</b>				
(-) IRPJ subvenção Governamental	(29.131)	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>(13.867)</b>	<b>(15.488)</b>	<b>(42.076)</b>	<b>(15.156)</b>
Alíquota efetiva	-8%	-9%	-25%	-9%

No demonstrativo do exercício de 2023 evidencia-se, uma variação negativa de 49% no imposto recolhido (IRPJ e CSLL) se comparado ao exercício anterior. Essa variação, refere-se essencialmente a Subvenção Governamental que reduz o IRPJ, devido ao início da fruição do benefício de incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda em 75% nos termos do Laudo Constitutivo nº 0342/2022 homologado pela Receita Federal, Despacho Decisório nº 2.528-2023/EBEN/DEVAT/SRRF03/DRF/SLS em 02 de junho de 2023.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)*

O Lucro Real apurado é o resultado fiscal do exercício, partindo do resultado contábil e considerando as adições, exclusões à base de cálculo, conforme legislação tributária vigente.

**26 Partes Relacionadas**

A remuneração global dos administradores que corresponde a benefícios de curto prazo no exercício de 2023 foi de R\$ 5.294.

**27 Eventos Subsequentes**

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.

São Luís, 11 de março de 2024.

**Gilberto Oliveira Lins Neto**  
Presidente

**Bruno César Cavalcante Mota**  
Diretor de Administração e Finanças em  
Exercício

**Bruno César Cavalcante Mota**  
Gerente de Finanças  
EMAP/GEFIN

**Jadson Mendes Miranda**  
Contador  
CRC/MA 006540/0-1